



Tradução: PESTRE, Dominique. Chapitre V - Femmes, genre et science: objectivité et parti pris¹

Eliza Teixeira de Toledo

Doutoranda em História
Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz)
elizattoledo@gmail.com

Livia Guimarães Torquetti dos Santos

Doutoranda em História
Universidade Estadual de Campinas
liviagtorquetti@gmail.com

Recebido em: 01/05/2018

Aprovado em: 28/05/2018

76

Capítulo V: Mulheres, gênero e ciência: objetividade e posicionamento

Falar sobre mulheres na ciência é importante por diversos motivos. Primeiro porque obriga – para quem pensa as ciências como sendo universais – a enfrentar uma situação incômoda: a marginalização, nos lugares legítimos das ciências, de mais da metade da população e a falta de evidência de sua presença nas instituições onde se escreve e se reproduz a ciência oficial. Essa exclusão foi historicamente declarada e legalizada - nos primórdios das ciências acadêmicas, por exemplo, visto que ainda no século XIX as mulheres não eram testemunhas dignas de fé; em seguida, essa exclusão consistiu em uma marginalização concreta, um afastamento desesperadamente repetitivo e cansativo – o que ainda hoje é uma realidade se considerarmos o lugar das mulheres nas hierarquias científicas. Abordar esse tema nos leva a questionar a neutralidade das ciências e os limites de sua independência na sociedade.

Falar de mulheres e de gênero é consequentemente importante por outra razão, razão mais diretamente epistemológica. Considerando que seria muito fácil manter essa discussão apenas sob o aspecto social (a ciência enquanto instituição humana, a produção dos saberes operando em um contexto atravessado de relações sexuadas de poder, as relações homem/mulher que fundam o pacto sexual poderiam não mais que pesar sobre as instituições científicas e aí se reproduzir). Por

¹ PESTRE, Dominique. Chapitre V - Femmes, genre et science: objectivité et parti pris. **Introduction aux Science Studies**. Paris: La Découverte, Repères, 2006, p. 76-93. ISBN: 9782707145963. Disponível em: <<https://www.cairn.info/introduction-aux-science-studies--9782707145963.htm>>.



mais que essa leitura seja importante, não aponta o essencial do problema. De certa forma seria possível que *os resultados e enunciados científicos* estejam eles mesmos marcados pelas diferenças de sexo – visto que as ciências estão implicadas em um sentido mais profundo *na fabricação e na perpetuação de desigualdades de gênero* e contribuem efetivamente, por seus saberes e autoridade, fundando e refundando essas diferenças, naturalizado na teoria e na prática, tanto na biologia quanto na medicina, por meio das biotecnologias e das ciências sociais. A questão de gênero e das mulheres introduz, assim, questões centrais em termos políticos e epistemológicos, questões que estão no cerne do sistema de crença que define o pacto da ciência e suas realidades (Faulkner e Kerr, 1997; Gardey e Löwy, 2000).

77

As mulheres durante muito tempo foram excluídas das ciências

A exclusão inicial das mulheres dos lugares legítimos da ciência é antes de tudo, exclusão da maioria dos lugares de poder. Seu lugar não é nas academias que apoiam a ciência nova do século XVII, tampouco nas universidades e escolas de engenharia da primeira revolução industrial. Essa exclusão não é um simples fato (um esquecimento de não tê-las feito entrar nesses espaços), ela responde a uma lógica teorizada e interiorizada que faz das mulheres inferiores em razão de serem diferentes. A evolução inclusive também não é mais aquela de um progresso contínuo que se daria do século XVI ao XIX (uma ideia confortadora, mas falsa, infelizmente) mesmo se, de forma excepcional, mas de maneira mais recorrente, a partir do final do século XIX as mulheres são autorizadas a se tornar eruditas, no mesmo sentido em que os homens o são. O século XIX vitoriano (na Inglaterra), e o século XIX revolucionário, napoleônico, realista e depois republicano (na França) marcam, de fato, tanto “retrocessos” quanto “progressos” (Fraisie, 1989).

Desde o fim do século XIX, as mulheres tiveram, contudo, acesso a saberes “da mesma ordem” que os homens. Primeiro, nas instituições separadas conquistadas pelas grandes lutas das “pioneiras” (as escolas de engenharia do século XIX, por exemplo), depois mais lentamente e na condição de voluntárias pródigas, nesses universos masculinos que são os locais legítimos do fazer científico. A entrada das mulheres nesses espaços (físicos e sociais) se fez certamente sob a condição de adaptação às regras de civilidade (quem tem o direito de entrar no espaço dito público da universidade?) e com rígidos tutores e controles a respeito da disposição dos espaços e dos corpos (como “proteger” as primeiras mulheres vindas à Universidade – e como proteger os templos do saber de sua presença). Essa entrada lenta e conturbada quando se olha para trás (nada é nunca conquistado para as mulheres, uma constatação verdadeira também nas ciências) não implica, evidentemente, a retirada de outros obstáculos. Durante muito tempo, por exemplo, títulos



universitários e funções sociais e econômicas aos quais esses títulos davam acesso, eram considerados passíveis de registros diferentes, quando se tratavam de mulheres. Elas puderam então, durante muito tempo, entrar nas universidades, obter um diploma – e não serem autorizadas a ocupar uma cadeira para a qual o diploma lhes dava direito. Ou seja, a ciência teve durante muito tempo o privilégio, para as mulheres de lhes conduzir... a lugar nenhum (Marry, 2004; Gardey, 2000).

78

Essa situação resultou hoje *em um direito adquirido*, mas todas as estatísticas confirmam o quanto – senso comum, mas importante de ser repetido sempre – a desigualdade permanece enorme nas ciências (a física das grandes energias, no CERN² por exemplo, é ainda quase exclusivamente masculina, à exceção de algumas mulheres de países latinos), e o quanto as hierarquias permanecem masculinas mesmo nas disciplinas “femininas” (na biologia por exemplo, ou nas ciências humanas e sociais). A presença de mulheres nos lugares legítimos da ciência não é, porém impensável, hoje ela não é mais uma afronta aos bons costumes e ao verdadeiro conhecimento. É necessário, todavia, que as mulheres estejam em igualdade com os homens, é preciso que seus direitos sejam reconhecidos e afirmados – não mais interpretar a discriminação (ainda concreta) como resultado das oportunidades *de fato* desiguais. A questão é que a discriminação pelo sexo resiste particularmente ao voluntarismo político, o *front* da discriminação se reconstitui sempre mais rápido atrás das pioneiras – o que é problemático em um meio em que o pensamento se modela pela meritocracia. A questão é ainda saber se a meritocracia, dada como valor absoluto na ciência – independentemente de qualquer reflexão sobre os efeitos de exclusão produzidos pelas instituições e de uma tentativa de compensação – não conduz ao refreamento da entrada efetiva das mulheres nos espaços científicos.

79

Compreender a lógica profunda dessa situação de exclusão/ assimetria/ dominação/ desigualdade – e de não meritocracia – é essencial (Cacouault e Gardney, 2005). Pode-se muito bem evocar o argumento de que essa situação não é específica, que se trata somente de um caso de dominação comum na sociedade. Essa afirmação seria verdadeira, mas insuficiente, eu diria. Verdadeira porque os estereótipos de gênero ultrapassam e abarcam os cientistas e seus saberes; verdadeira, pois as instituições científicas (os laboratórios, assim como as sociedades eruditas) são *organizações humanas* que não são qualitativamente diferentes das outras e funcionam então de forma

² Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear).



sexuada e em benefício dos homens; verdadeira, pois a ciência é definida de fato, em seus objetos e métodos, por aqueles que a executam e ocupam seus espaços, indivíduos antes de tudo, masculinos. Dessa forma, como escreve Margaret Rossiter (1982), na metade do século XX nos Estados Unidos, a expressão “mulher cientista” era uma forma de paradoxo. “Such a person was unlikely to exist”, diz ela, “and if she did (...) she had to be ‘unnatural’ in some way. (...) As scientists they were atypical women; as women they were unusual scientists.”³

No entanto, seria insatisfatório não avançar nessa questão, visto que podemos formular a hipótese de que, assim como todos os outros feitos humanos, a ciência teve de se construir com um gênero; que ela deve conhecer formas de associação na ordem do masculino, e que tal associação deve ser compreendida segundo esse processo antropológico de pensar a diferença, que parece ser o fundamento da ordem social (proeminência e evidência da divisão em dois, relação aos outros e à identidade). Logo, não é de se admirar que essa questão seja objeto de pesquisas dos antropólogos, dos psicanalistas, de sociólogos e historiadores (as) – e que a questão do lugar das mulheres nas ciências seja substituída por outra, mais decisiva, a questão da natureza sexuada dos saberes.

80

As mulheres sempre produziram saberes

Antes de encarar essa questão, eu gostaria de ressaltar alguns detalhes sobre o fato de que, apesar do que acabei de falar sobre a exclusão recorrente das mulheres dos lugares legítimos da ciência, elas sempre produziram ou contribuíram com a produção do saber. Saber considerar esses dois enunciados é comum quando se fala da relação homem/mulher – o exemplo do trabalho dos homens e mulheres constituindo um protótipo. Trata-se de fato, simultaneamente de falar de uma exclusão histórica – a das mulheres do trabalho *socialmente reconhecido e sancionado* como Trabalho – e de reafirmar que as mulheres sempre trabalharam – e que elas sempre trabalharam *muito*, mesmo se esse trabalho se tornou invisível ou negado socialmente. Se se deseja fazer com que o lugar das mulheres na produção dos saberes emerja, o princípio metodológico é, então, simples. Não se deve limitar aos lugares mais legítimos, às instituições oficiais, às grandes revistas eruditas, mas de pensar primeiramente, no intrincamento e na variedade de mundos ‘onde o saber se produz’. Não se deve limitar aos espaços de prestígio da Ciência, mas observar, por exemplo, a produção de saberes desvalorizados como “populares” e historicamente controlados pelas mulheres (obstétrica ou saberes sobre as plantas, por exemplo), ou observar os locais tanto públicos quanto privados que

³ “Não era usual que alguém assim existisse, e se acontecesse (...) teria de ser, de alguma forma, “não natural”. (...) Como cientistas, elas eram mulheres atípicas. Como mulheres, eram cientistas incomuns”. (Tradução nossa).



são, por exemplo, as casas onde trabalham e vivem os grandes homens. É aí que de fato se encontra o ‘laboratório dos séculos XVI e XVII’, onde estão as coleções e os meios de produção material dos textos – e onde se encontram as mulheres. Pensemos na casa de Aldovrandi – onde se vê que ele trabalha com sua (segunda) esposa – uma colaboradora com quem se casou por causa de sua educação – frequentada por homens e mulheres eruditos; pensemos nas mansões da aristocracia inglesa onde trabalhavam aqueles com os quais os mestres faziam ciência – e cuja gestão cotidiana estava sob a autoridade da esposa; ou nas grandes expedições astronômicas que até metade do século XX, apresentaram quase sempre situações similares (Findlen, 1999; Soojung-Kim, 1996).

Nesse mesmo raciocínio, não se deve esquecer de estudar os locais comuns e múltiplos de sociabilidade onde a ciência se inventou, se transformou, se traduziu ao longo do tempo – o espaço da Corte ou dos salões da época moderna. Também não nos esqueçamos de observar esses espaços que são as correspondências e também os diários, os contratos e os arquivos judiciais – porque aí se pode perceber a presença massiva de mulheres e pode-se então recuperar os lugares que elas ocupam. Também não podemos nos esquecer de estudar as mulheres mecenas, as mulheres do poder e seus papéis no patrocínio (a grande Catherine da Suécia, claro, mas ela não é a única); não podemos nos esquecer da importância das confidentes e das musas (menos passivas do que se diz), o lugar das irmãs e esposas (existem muitos casais de cientistas na história... cuja criatividade é “naturalmente” atribuída ao homem, sem que isso seja de fato constatado) – também não nos esqueçamos do trabalho em equipe e de todas as colaboradoras onipresentes deixadas no anonimato e invisíveis, e a quem foi concedido, nas narrativas passadas, somente papéis subalternos (a lista é infinita... e tida como certa pela maioria dos historiadores da ciência). Finalmente, deve se atentar também para as tradutoras, panfletárias e ‘popularizadoras’ (questão: Madame du Châtelet faz obras somente de popularização?), àquelas que escreveram para suas filhas e outras mulheres – e claro a todas que produziram obras de ruptura dentro das próprias instituições masculinas, que se inventaram um lugar, um papel, uma função, e cuja história erudita só reconhece seus nomes com parcimônia, porque ela não sabe bem observá-los, não sabe bem o que fazer com eles – pois no fundo sua presença no passado, e nas narrativas dos historiadores, supostamente não acrescenta em nada que já se saiba – o que é falso visto que os lugares ocupados não são homólogos entre os homens e mulheres.

81

Renomear todas essas vencedoras da história não é somente fazer-lhes justiça, é fazer emergir um vasto mar de atividades encobertas, é mostrar gestos e papéis essenciais apagados da memória, é permitir pensar a variedade dos atos de produção do saber, uma complexidade muito



rapidamente relacionada a alguns homens e a alguns lugares. Fazer esse trabalho é o exercício de sair da história única e simplista, é pensar numa história da ciência que reconheceria que o gênero existe, [o modelo dos] dois sexos, e tiraria disso as consequências – isso retoma o fato de que, *para além das questões de gênero*, o historiador vem a contar uma história mais completa e interessante, do qual ele mostre o extraordinário trabalho de apagamento e de reatribuição, que implica a fabricação das memórias eruditas. Simbolicamente, trata-se de reiterar o ato de simetria de Bloor, e de realizar assim duas coisas: devolver os lugares aos esquecidos da história e, fazendo isso, *fazer aparecer uma outra história*. Ou seja, esquecendo-se a história centrada somente nas instituições oficiais, na ciência heroica e agressiva, e devolvendo a ela variedade dos lugares e modalidades que contribuem para o avanço dos saberes.

Madame du Châtelet e Madame Lavoisier

Na França do século XVIII, duas mulheres surgiram fortemente ligadas às ciências. Ambas eram herdeiras, protegidas na infância por seus respectivos pais, receberam cuidadosa educação. Elas tinham em comum o espírito das Luzes, uma grande confiança na filosofia, na ciência e na humanidade. A primeira, Émilie de Breteuil, futura marquesa de Châtelet, é conhecida por ter traduzido “Os princípios matemáticos” de Newton – e por ter inclusive sido amante de Voltaire. A segunda, Marie-Anne Paulze, é uma química, colaboradora mais direta de seu marido, o fazendeiro geral⁴ e erudito Lavoisier.

Os trabalhos científicos de Madame du Châtelet mostram mais autonomia do que os de Madame Lavoisier (em relação ao seu companheiro). Ela publicou seus próprios livros, sobre temas diferentes dos de Voltaire, e ela nem sempre estava de acordo com ele. Madame Lavoisier, casada aos quatorze anos, deve uma boa parte de sua educação ao seu marido, trabalhou com ele, sobre os mesmos temas e em seu laboratório. Com a morte do marido, ela publicará os textos e memórias que ele havia deixado. Em 1805, ela se casará novamente, com outro cientista célebre, o conde Rumford.

82

O sexismo habitual dos saberes científicos

Um ponto de partida historicamente decisivo no deslocamento da questão das mulheres na ciência para a questão da natureza sexuada dos saberes científicos foi a publicação contínua de estudos que mostravam, entre fins dos anos 1970 aos anos 1980, o caráter (regularmente) sexista (de muitos) dos saberes científicos nas ciências da vida, na história natural e nas ciências humanas e sociais, entre outros. Por “sexismo” eu proponho abarcar duas coisas.

⁴ No Antigo Regime, aristocrata encarregado pelo rei, da cobrança de impostos, das propriedades rurais. Fonte: <<http://www.linternaute.com/expression/langue-francaise/16551/fermier-general/>> (acesso em 23/04/2018).

De um lado, o fato de que esses saberes reproduzem os preconceitos mais comuns no que tange às relações entre homens e mulheres, que eles produzem a estrutura que sustenta esses discursos e que os legitima. De outro, o fato de estender as relações de gênero à biologia ou à anatomia, de naturalizar a diferença e/ou a desigualdade mulheres/homens – um dos modos mais eficientes de sexismo ordinário desde o século XVIII. O mais simples, para justificar essas asserções, é estudar um exemplo: o dos mecanismos de reprodução como eles foram ensinados até os anos 1980 no mundo universitário, e de retornar a estudos mais variados, a numerosos trabalhos existentes, em especial aos de Evelyn Fox Keller sobre a importância das metáforas sociais nas ciências.

De maneira geral, os cientistas não deveriam contar contos de fadas. Durante décadas, todavia, os mecanismos da fecundação foram descritos dessa forma pelos especialistas. Na maior parte dos artigos e manuais das décadas do pós-guerra, o óvulo tem o papel da “bela adormecida” esperando ser acordada por um corajoso espermatozoide que realiza uma “missão perigosa” ao custo de “esforços consideráveis” e de uma “energia” fora do comum. O “ataque” culminante no óvulo marca o fim do perigo – perigo do qual o caráter dramático, como se sabe, não escapou à Woody Allen no seu filme *Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo mas tinha medo de perguntar* (*Everything You Wanted to Know About Sex But Were Afraid to Ask*, 1972).

Foi uma antropóloga americana que primeiramente conduziu um estudo sobre essa literatura científica. A investigação de Emily Martin (1991) aponta para vários elementos importantes. Mencionarei três deles: 1) a assimetria das abordagens na maior parte dos manuais e artigos da época – coisa estranha, a propósito, quando refletimos um pouco, pois uma capacidade de ação própria é atribuída a um *tipo* de entidade celular, sem justificação particular, e recusada a outro, ao óvulo, que é capaz apenas de “esperar”; 2) a não verificação das asserções de base que justificam essa assimetria – o fato, por exemplo, de se atribuir ao flagelo do espermatozoide e seus movimentos a capacidade de ação e de penetração do espermatozoide, evidência que foi desconstruída assim que surgiram dúvidas sobre a validade dessa assimetria; 3) o fato de materializar a interação (um fenômeno biologicamente complexo), sob a forma de um simples encontro de duas entidades autônomas – concebida a imagem de seres humanos? – e de ignorar o papel das interações moleculares. Em outros termos, o fato de que as representações da fecundação são simplesmente retiradas das relações sociais e que apenas muito tarde se considera, por exemplo, a eventual (e evidente) capacidade bioquímica do óvulo. E não é de estranhar que a redefinição da



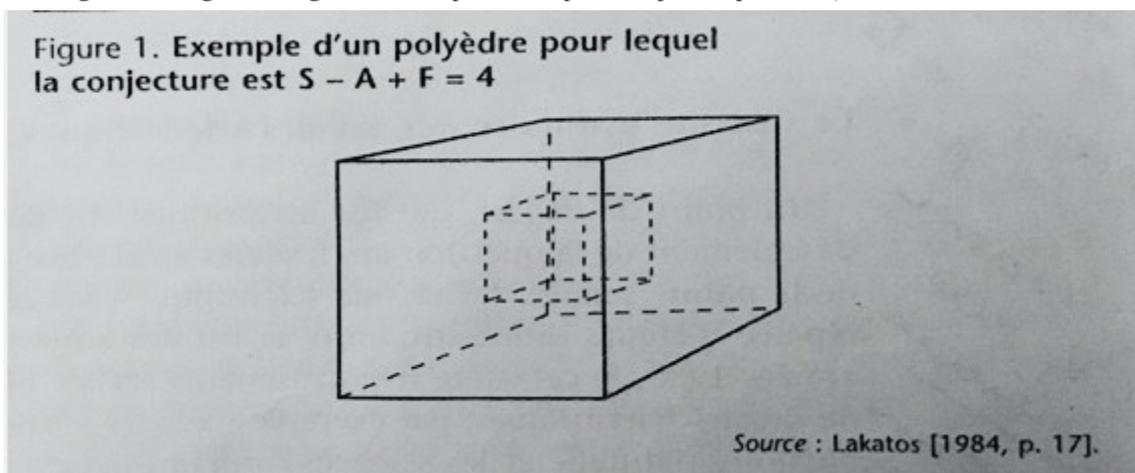
biologia da reprodução, que aconteceu nos anos 1980, se deu em função da transformação de relações entre homens e mulheres – esta, por sua vez, creditada ao movimento feminista.

Uma objeção é frequentemente feita a essas análises. Se a produção de um enunciado “sexualmente enviesado” pode certamente ser compreendida como um símbolo de sexismo da ciência comum – no que constitui a leitura aqui proposta –, uma tal produção pode, contudo, ser também descrita como um caso de *ciência ruim*, como uma produção *patológica*, um erro. Partindo de uma definição (abstrata e ideal) da ciência que permite classificar as ações e os resultados em “conformes” e “não conformes”, recusamos o rótulo de ciência a certos enunciados (aqueles hoje considerados “incorretos”, em todos os sentidos da palavra) e o concedemos a outros. Nessa maneira de pensar, a questão da cientificidade (ou da objetividade) dos saberes científicos é uma questão de definição, de princípio – e ela é pouco sensível aos contratempos da vida comum. Se adotarmos a primeira atitude, no entanto, somos levados a reconsiderar as definições da “ciência” em relação às práticas efetivas, a analisar as tensões entre normas e regulações “reais”, a pensar no que define uma “boa” prática ou uma prática “normal” no que tange às coisas “como elas são”. Essa alternativa (“ciência ruim”/“ciência normalmente sexista”) é clássica quando falamos de ciência – visto que o discurso a respeito das ciências é geralmente normativo, e como dissemos, tem por objetivo dizer o que *é* a boa ciência. Um clássico da história das ciências – *Provas e refutações* de Imre Lakatos (1976, trad. 1984), me ajudará a melhor elucidar esse ponto.

Em seu livro, Lakatos apresenta de forma estilizada as atitudes que prevaleceram diante de uma famosa conjectura matemática atribuída a Euler e que diz respeito aos poliedros. Ela anuncia que a relação entre o número de vértices V , de arestas A e de lados F de qualquer poliedro é sempre da forma $V-A+F=2$. A ideia de Lakatos é perceber como os matemáticos reagiram quando contraexemplos foram propostos (por exemplo, o de um cubo que tem em seu centro um “buraco” de estrutura paralelepípedica – esse cubo, então, não correspondia à conjectura). Globalmente, duas reações são visíveis. Alguns rejeitam o contraexemplo, argumentando que ele não pode ser considerado um poliedro: muito *particular* para ser levado em conta, muito *ad hoc* e feito para invalidar a conjectura, ele é rejeitado como um monstro que, como tal, não pode ser tomado como representativo dos *verdadeiros* poliedros (da verdadeira ciência). A outra reação consiste em se habituar à nova visão dos poliedros que dá o contraexemplo, a aprender a viver com o “monstro” – e, então, a redefinir o objeto poliedro. Historicamente, os partidários da exclusão dos monstros com frequência perdem a batalha – em função da maior heurística na segunda posição e do fato de que novos matemáticos não são efetivamente apegados à definição inicial e aprendem a viver naturalmente no novo mundo criado pelos monstros.

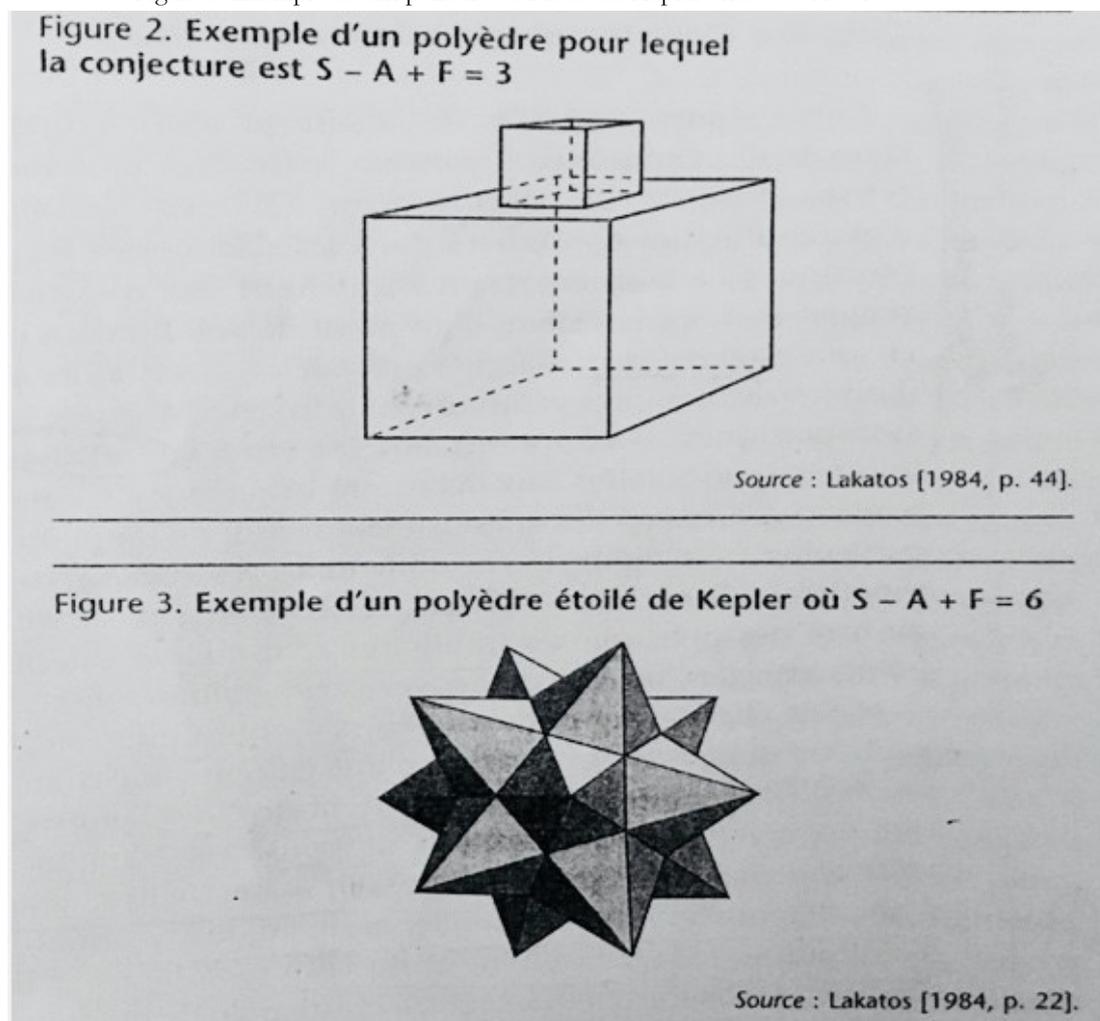


Imagem 1 – Legenda: Figura 1. Exemplo de um poliedro para o qual a conjectura é $V - A + F = 4$



Fonte: PESTRE, 2006, p. 85.

Imagem 2 – Legenda: Figura 2. Exemplo de um poliedro para o qual a conjectura é $V - A + F = 3$.
Figura 3. Exemplo de um poliedro estrelado de Kepler onde $V - A + F = 6$.



Fonte: PESTRE, 2006, p. 86.

Política dos saberes

Meu sentimento, guardadas as proporções, é de que o dilema é da mesma ordem quando nos deparamos com a alternativa “ciência ruim”/“ciência normalmente sexista”. O problema nesse debate é, efetivamente, menos o de saber se uma ou outra proposição é intrinsecamente verdadeira, do que o de dizer o que é a ciência em si, de dizer como a pensamos *fundamentalmente*. Retomemos os dois elementos da alternativa. A primeira – uma ciência sexista está na ordem das coisas – considera que nossos enunciados são sempre já produzidos em determinados contextos e que, se esses contextos são saturados de sexismo habitual, os cientistas que são desse mundo verão frequentemente os fatos e as evidências com esse olhar. A menos que se suponha que ser cientista equivale a escapar do universo social e cultural (o que é uma maneira pobre e pouco digna de crédito, de se pensar os saberes e as instituições de ciência), essa situação vai, de fato, se repetir – e é preferível se ocupar dela seriamente. Em outros termos, é necessário aprender a viver com o monstro (“a ciência é evidentemente sexista”), pois esse é o nosso terreno comum.

O segundo desdobramento da alternativa: “um estudo sexista constitui um caso de ciência ruim” significa que, segundo uma definição geral do “bom trabalho científico”, esse viés sexista não deveria existir, que ele é um desvio significa que a objetividade, a neutralidade, a independência do cientista – assim como o espírito crítico de seus colegas – sofreram com erros pontuais, o que não deveria ter acontecido; essa perspectiva significa que se a ciência (com um grande C) fosse aplicada segundo sua essência própria, não manifestaria essas aberrações (e elas se manifestam porque os humanos são mais do que indivíduos do conhecimento). Essa posição pode certamente ser tomada, mas ela é bem abstrata – de pouco interesse, de fato, para se compreender o mundo *tal como ele é* e poder agir nele). Duas variantes (mais interessantes) dessa parte da alternativa podem, contudo, ser elaboradas. A primeira, no cerne do problema e que eu aceitaria sem hesitar, assumiria que nós invocamos uma “norma” quando dizemos: “essa é uma ciência ruim”, que nós falamos de um ideal, de um *dever ser* – e ela acrescentaria que as normas são muito importantes para os seres humanos, que elas constituem recursos essenciais de ação. As normas, as intenções, as regras que determinamos, não são, certamente, idênticas às práticas efetivas – e é conveniente, principalmente, não misturar esses dois registros – mas as normas não se constituem sem relação, não são independentes das práticas. Ao contrário, as normas (que são coletivamente incorporadas) pesam sobre os indivíduos e os grupos e se dão em relação *constitutiva e dinâmica* com as práticas efetivas – e é preciso pensar essa tensão.



A segunda variação partiria do fato de que é na ordem das coisas (humanas) que a ciência se engana, mas eu insistiria em dizer que ela está em correção permanente, que o importante para as ciências, está nesse processo de retificação constante – em suma, que os casos de ciência ruim são talvez banais e inevitáveis, mas que eles são *sempre transitórios pois que estão em via de reparação*. Então o que importa seria menos a exatidão do enunciado *em si* do que a dinâmica do estabelecimento dos saberes científicos; a verdade não seria um estado mas encontraria seu princípio na constante re-fabricação de uma diferença, de um distanciamento sempre novo das crenças e ideologias científicas anteriores. Essa proposta tem algo de interessante e a meditar – mas com uma condição: um esclarecimento em termos morais e políticos. A saber, que ela não deve levar a ciência, a uma absolvição sistemática da consequência dos seus atos. Essa leitura pode de fato justificar de antemão, ou “relativizar”, as consequências do que a ciência diz e faz. Ela pode levar, se não estivermos atentos, à remissão de todos os erros da ciência (não é de sua natureza a retificação constante?), em não se considerar os efeitos prejudiciais que os enunciados científicos podem ter sobre os indivíduos que são seus objetos ou vítimas – e de considerar ainda menos a sua reparação. O perigo seria que a “ciência” (ou aqueles que a fazem) possa se satisfazer em notar que esse desvio pelo erro seria o preço a pagar para que a verdadeira ciência venha para o bem de todos – sem jamais pensar nos dramas que essa ciência ocasiona. Uma vez que a “ciência” não poderia evitar esse desvio e ser culpabilizada por esses erros, ela *não deveria ser* responsabilizada por eles – um privilégio que apenas ela, entre as instituições sociais, possuiria. Em suma, essa posição não pode ser satisfatória para aquelas e aqueles que sofrem em função dela – mulheres levadas à naturalização de sua dominação pelo discurso dos cientistas, por exemplo, ou saberes e práticas de indígenas de nossas colônias no passado, constantemente varridas sem cerimônia, sob as certezas de uma ciência que compreendeu depois que ela estava errada.

Questão de epistemologia: saberes localizados?

Nós estamos aqui no cerne da questão que nos ocupa. Se muitos dos nossos enunciados são partidários, parciais e reforçam diferentes formas de dominação, se esses “vieses” têm uma constância extraordinária nas ciências – as ciências físicas e matemáticas tocam em questões mais simples e menos sensíveis do ponto de vista humano e social – e são, de fato, um pouco poupadas –, é então essencial convidar mulheres e homens da ciência a seguir esses vieses sistemáticos – no que foram felizes os estudos feministas uma vez que eles desmascararam muita ciência ruim. Pois esses estudos observaram as coisas de um ponto de vista particular – o ponto de vista de mulheres



suspeitas diante da repetição de certos enunciados que lhes diziam respeito –, elas mostraram pressupostos implícitos e insustentáveis, encontraram pontos cegos, incitaram novos programas de pesquisa – e fizeram mudar as coisas. Mas, se for assim, a lição talvez tenha um alcance geral e de extrema importância – a saber que é bem possível, na vida cotidiana e efetiva das ciências, que não haja separação entre vontade de fazer ciências e posicionamento, entre neutralidade e busca por uma demonstração particular, entre vontade de objetividade e mobilização de uma subjetividade e do vivido – por exemplo, entre rigor cognitivo e justeza moral, entre epistemologia e ética. De fato, aí a está o ponto teórico ao qual chegaram numerosos estudos feministas sobre as ciências: que nelas se assimila a objetividade a um ponto de vista neutro, vindo de “parte alguma” e situado acima das paixões e das intuições, que a ciência fala *acima das disputas, do ponto de vista de Sirius*⁵ - enfim, bela herança do monoteísmo, [pensar] que ela é ventríloqua e fala como Deus, o que é não apenas um erro e uma ilusão, mas uma falta de método cujas consequências, tanto cognitivas quanto morais, podem ser enormes (Haraway, 1988; Harding, 1991).

Qualquer coisa pode então ser dita? Não tem nenhuma importância ser parcial ou não? Não seria o retorno do relativismo mais raso? Não, responder assim é um discurso de guerra inútil – e eu sugiro novamente evitar os termos rebuscados

90

e dizer o mais concretamente possível o que nossa conclusão implica em termos de ação. Primeiramente, convém dizer os princípios sobre os quais se apoia toda a vontade de saber (aquela que me anima nesse momento, por exemplo), de dizer a norma, de dizer o ideal, de reivindicar a vontade de objetividade e de universalidade – e de afirmar que isso conta. Essa afirmação principal não deve, contudo, mascarar que conhecer excede em muito esse posicionamento, que a prática não será jamais esse ideal, que o ser humano é finito, limitado e sempre permeado pelas culturas e jogos de poder. Ele é de fato dividido nele mesmo e em projetos, em interesses e em questões, em gêneros e em grupos, e essa divisão não ocorre sem efeitos sobre outros saberes produzidos (ainda que o peso dessas determinações apareça com um recuo do tempo). É então prudente admitir outro princípio, que a razão não fala por meio de um princípio neutro e vindo de “parte alguma”, que a variedade de abordagens e de posições sociais a partir das quais pensamos e vemos as coisas é um fato geral - e que essa variedade é um *recurso* essencial para alcançar a verdade, que a confrontação construtiva dos pontos de vista é positiva, *que ela é um bem*. Convém então militar para

⁵ No original, “du point de vue de Sirius”. A expressão é utilizada de forma metafórica e significa ver as coisas de muito alto, com recuo, considerá-las com benevolência relativizando seus aspectos negativos. Fontes: <<http://www.linternaute.com/expression/langue-francaise/19373/voir-les-choses-du-point-de-vue-de-sirius/>>; <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/Sirius/72932/locution>> (acesso em 23/04/18).



que essa variedade de posições e de posicionamentos seja reconhecida, de fazer com que cada um possa assumir sua(s) posição(ões) e ver o que ela(s) implica(m) quanto aos limites de seus próprios atos criativos, de seus próprios saberes, daquilo que ele ou ela produz; e que sejam enfim banidas as tentativas de intimidação daqueles que pretendem ser os únicos a “falar de ciência”, que elas sejam vistas pelo o que são: ações pueris. A qualidade “científica” não se declara, ela se prova a cada passo e em cada crítica. Certamente, podemos escolher não fazer ciência, não entrar nesse pacto, nessas normas e nessas intenções. Isso não nos impedirá de dizer coisas inteligentes e úteis ao mundo, coisas tão importantes e talvez tão verdadeiras quanto as que são ditas por aqueles que ditam as ciências, mas o problema será então outro e não o nosso objetivo aqui.

91

Uma pequena história para terminar

Eu concluirei esse capítulo com uma história emprestada diretamente de Michèle Le Doeuff. Ela se pergunta, em um dos seus livros, como a intuição foi associada às meninas e às mulheres, e como a razão e a ciência lhes escaparam – com a finalidade de historicizar duas das categorias que nos ajudam a pensar. Durante muito tempo, ela nos lembra (de Platão ao fim do século XVIII), a intuição foi considerada como um modo central (e evidentemente válido) de conhecimento, um modo imbricado a outros modos de pensamento (ao raciocínio argumentativo e dedutivo, por exemplo), talvez a melhor forma de conhecimento possível (ainda em Descartes). Nessa época ela então não apresentava nada de feminino. Com o fim do século das Luzes, uma divisão se fez, contudo, mais radical entre intuição e razão: as duas qualidades se tornaram, então, menos complementares, um pouco como se elas não pudessem mais “se apoiar no mesmo espírito” e que, “a partir desse momento, seria um ou outro”. Hegel oficializa a separação: a intuição não conhece a si mesma, diz ele – ela, então, nada conhece – e somente “o paciente trabalho do conceito [torna-se] recomendável” – um tipo de discurso legado aos mais renomados (Le Doeuff, 1998).

A partir daí, dois movimentos se desdobram em paralelo, se conjugando para construir um dos lugares comuns mais impregnado, em nossas sociedades, pela articulação do ato de saber (e as ciências) à distribuição dos papéis sexuais. O primeiro agrega novos valores aos termos “intuição” e “razão”, definidos como opostos e incompatíveis. Concebendo a ciência apenas pelo lado do rigor discursivo e dos “fatos” incontestáveis produzidos no laboratório, o século XIX militante – e, em breve, uma técnico-ciência essencialmente interessada pela eficiência prática – rompe definitivamente o equilíbrio e relega a intuição ao domínio dos atos sem (verdadeiro) valor cognitivo (entenda-se, “instrumental”). A intuição se torna sinônimo de discurso incontrolável e perde seu crédito no mundo dos eruditos universitários onde ensiná-la não faz o menor sentido. A



respeito das ciências, o século XX propõe inclusive separar o momento da descoberta (onde a intuição tem sua contribuição⁶), e o da justificação: contando apenas com a razão, esse último é o único momento pertinente para o dizer científico, e é o único que define propriamente a cientificidade.

O segundo movimento, paralelo e ligado ao primeiro de diversas formas, redefine as relações sociais entre os sexos. Na medida em que uma nova polaridade se configura (intuição/razão), a natureza das relações de sexo pode ser redefinida – e liga-se o feminino e as mulheres ao elemento desvalorizado do par, e os homens àquele indicado positivamente. Uma vez que “corre o boato de que as mulheres não raciocinam”, escreve Michèle Le Doeuff, “uma ideia delicada, que se esboça em Malebranche através de uma descrição das fibras do cérebro, se desenvolve em Rousseau, se fortalece em Hegel, se exprime em Auguste Comte [...]” torna-se normal (e comum) se falar dessa qualidade “tão especificamente feminina” que é a intuição. Assim, ligada ao sexo biológico, naturalizada, essa ideia permite retornar uma enésima vez àquilo que está no fundamento da diferença entre os sexos – uma obsessão da ciências ocidentais como notou Gardey (2006) – e de explicar o pequeno número de mulheres cientistas (nas ciências realmente duras como a física), ou a sua dificuldade nos campos para os quais sua natureza não as predispõe (lembramos que esse argumento foi utilizado novamente pelo presidente da Universidade de Harvard em 2004).

Os bons conhecedores da filosofia objetarão que alguns grandes homens articularam de outra forma razão e intuição, conclui Michèle Le Doeuff, e que, mesmo que eles sejam minoria, alguns deles escolheram subordinar a primeira à segunda, ou de manter um lugar inteiro para a intuição. Isso é verdade, por exemplo, em um Schopenhauer que defende a primazia do conhecimento imediato e intuitivo sobre a razão. Infelizmente para as mulheres (como podemos esperar daí as atribuições de gênero), os valores associados são também suscetíveis de inversão instantânea. Assim, o mesmo Schopenhauer pode acrescentar que existe “alguma coisa de feminino na natureza da razão” uma vez que “ela dá apenas quando recebe”. Já que “por si mesma, ela contém apenas as formas vazias de sua atividade [...]”, não ficaremos surpresos de ver a razão, dessa vez, associada às mulheres...

⁶ No original, “avoir son mot à dire”: ter o que dizer, ter uma observação importante a fazer, ter o direito de ser consultado sobre determinado Fonte: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/mot/52767/locution?q=dire>>.



Bibliografia do texto original:

FAULKNER, W.; KERR, E. A.. On seeing brockenspecters: sex and gender in twentieth-century science. In: PESTRE D.; KRIGE J. (dir.). **Science in the Twentieth Century**. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997, pp.43-60.

FRAISSE, G.. **Muse de la raison, démocratie et exclusion des femmes em France (1830-1902)**. Paris: Alinéa, 1989; réed. 1995, Paris: Gallimard, "Folio".

FINDLEN P.. Masculin prerogatives: gender, space and knowledge in the early modern museum. In: GALISON, P.; THOMPSON E. (dir.). **The Architecture of Science**. Cambridge: MIT Press, 1999.

GARDEY, D.. (dir.). Histoire de pionères. **Travail, Genre et Sociétés**, n°.4, 2000.

GARDEY D., LÖWY I. (dir.). **L'Invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin**. Paris: Éditions des Archives contemporaines, 2000.

HARAWAY, D.. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, vol. 14, n°. 3, 1998, pp. 575-599.

HARDING, S.. **Whose Science? Whose Knowledge?** Ithaca: Cornell University Press, 1991.

LAKATOS, I.. **Preuves et réfutations. Essai sur la logique de la découverte mathématique**. Paris: Hemann, 1984.

LE DOEUF M.. **Le Sexe du savoir**. Paris: Aubier, 1998.

MARRY, C.. **Les femmes ingénieurs**. Une révolution respectueuse. Paris: Berlin, 2004.

ROSSITER M.. **Women Scientists in America. Struggles and Strategies to 1940**. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1987.

SOOJUNG-KIM P. A.. Gender, culture and astrophysical fieldwork: Elizabeth Campbell and the Lick Observatory-Crocker Eclipse Expeditions. **Osiris**, vol. 11, 1996, pp.17-44.